Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 18 de agosto de 2010. Edição n° 506

Nesta edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal 2
Súmulas de contrato e convênios 2
Concursos Públicos 2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins 3

DANIELA ASTIGARRAGA DA SILVA:95527176049

Digitally signed by DANIELA ASTIGARRAGA DA SILVA:95527176049
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=(EM BRANCO), ou=AR SERASA, cn=DANIELA ASTIGARRAGA DA SILVA:95527176049
Date: 2010.08.18 09:56:07 -03'00'

Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 18 de agosto de 2010. www.mp.rs.gov.br Edição n° 506

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 398/2010

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

RETIFICAR

- o Boletim nº 397/2010, publicado no DEMP de 17/08/2010, na parte referente à habilitação para posse da servidora CASSIANA DA LEVE, para constar que a classe do cargo é ”M”, e não como constou.

EXONERAR

- a pedido, a contar de 18 de agosto de 2010, o servidor PEDRO LUCAS DE VARGAS, matrícula nº 14970295, do cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, deste órgão, em virtude de posse em cargo público federal (Port. 1851/10).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria nº 1862/2010, que nomeou DIEGO CASSIANO LORENZONI CARBONE, para exercer o cargo de Secretário de Diligências, deste órgão (Port. 1889/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de agosto de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
CO. 22032

CONTRATADA: CWA ASSESSORIA E MONITORAMENTO DE RÁDIO E TV LTDA.; **OBJETO**: prestação de serviço de monitoramento e clipagem; **VALOR TOTAL**: R$ 15.590,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3902; **FUNDAMENTO LEGAL**: art. 24, inc. IV, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 17/07/2010, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Delmar Pacheco da Luz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de agosto de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
XLV CONCURSO PARA INGRESSO À
CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
EDITAL Nº 302/2010
RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO

RETIFICO, em observância ao item nº 4, capítulo XV do Edital nº 50/2008, o Edital nº 293/2010, publicado no Diário Eletrônico do MP-RS do dia 12 de agosto de 2010, para que a nota média das Provas Discursivas dos seguintes candidatos passe a constar como segue: Inscrição nº 035 – nota 6,00; Inscrição 066 – nota 5,60; Inscrição 100 – nota 4,77; Inscrição 117 – nota 5,07; Inscrição 172 – nota 6,07; Inscrição 240 – nota 6,04; Inscrição 268 – nota 3,84; Inscrição 278 – nota 4,65; Inscrição 369 – nota 4,00; Inscrição 384 – nota 5,34; Inscrição 417 – nota 4,20; Inscrição 434 – nota 5,00; Inscrição 477 – nota 2,62; Inscrição 481 – nota 6,45; Inscrição 487 – nota 4,65; Inscrição 517 – nota 5,69; Inscrição 567 – nota 6,25; Inscrição 577 – nota 5,00; Inscrição 593 – nota 4,91; Inscrição 715 – nota 7,05; Inscrição 758 – nota 4,60; Inscrição 857 – nota 5,07; Inscrição 938 – nota 5,00; Inscrição 945 – nota 5,29; Inscrição 950 – nota 5,50; Inscrição 954 – nota 5,99; Inscrição 960 – nota 6,12; Inscrição 998 – nota 5,34; Inscrição 1004 – nota 5,55; Inscrição 1025 – nota 6,47; Inscrição 1047 – nota 6,42; Inscrição 1165 – nota 4,35; Inscrição 1236 – nota 4,30; Inscrição 1258 – nota 5,42; Inscrição 1276 – nota 5,77; Inscrição 1277 – nota 6,36; Inscrição 1297 – nota 5,59; Inscrição 1325 – nota 6,54; Inscrição 1366 – nota 4,79; Inscrição 1388 – nota 5,25; Inscrição 1493 – nota 5,10; Inscrição 1517 – nota 6,12; Inscrição 1662 – nota 5,69; Inscrição 1687 – nota 5,72; Inscrição 1698 – nota 5,07; Inscrição 1701 – nota 4,90; Inscrição 1716 – nota 4,57; Inscrição 1724 – nota 5,52; Inscrição 1778 – nota 5,17; Inscrição 1856 – nota 6,27; Inscrição 1930 – nota 6,07; Inscrição 1952 – nota 6,25; Inscrição 1972 – nota 4,40; Inscrição 2071 – nota 6,37; Inscrição 2193 – nota 4,76; Inscrição 2282 – nota 5,44; Inscrição 2512 – nota 4,55; Inscrição 2807 – nota 6,62; Inscrição 2883 – nota 6,05; Inscrição 2918 – nota 4,75; Inscrição 2927 – nota 6,55; Inscrição 3049 – nota 4,05; Inscrição 3094 – nota 4,97; Inscrição 3134 – nota 4,69; Inscrição 3178 – nota 5,04; Inscrição 3182 – nota 4,40; Inscrição 3233 – nota 6,77; Inscrição 3241 – nota 5,67; Inscrição 3323 – nota 6,20; Inscrição 3358 – nota 5,25; Inscrição 3487 – nota 5,70; Inscrição 3500 – nota 6,29; Inscrição 3545 – nota 6,50; Inscrição 3657 – nota 4,35; Inscrição 3726 – nota 5,12; Inscrição 3793 – nota 3,94; Inscrição 3814 – nota 5,40; Inscrição 4404 – nota 3,10; Inscrição 4408 – nota 5,65.

RETIFICO, igualmente, o resultado definitivo do candidato inscrito sob número 336, para que conste:

Nº INSC. 336		**NOTA MÉDIA DAS PROVAS:**			**5,82**
		GTI	**GTII**	**GTIII**	**GTIV**
QUESTÃO 1	CJ	7,20	1,60	2,40	6,40
	LP	2,00	0,40	0,50	1,60
	TOTAL	9,20	2,00	2,90	8,00
QUESTÃO 2	CJ	7,20	2,40	6,00	6,00
	LP	2,00	0,80	1,50	1,50
	TOTAL	9,20	3,20	7,50	7,50
QUESTÃO 3	CJ	4,80	2,00	0,00	4,00
	LP	1,40	1,00	0,00	1,00
	TOTAL	6,20	3,00	0,00	5,00
QUESTÃO 4	CJ	5,60	4,80	8,00	4,80
	LP	1,60	1,30	2,00	1,20
	TOTAL	7,20	6,10	10,00	6,00
NOTA MÉDIA DO GT		7,95	3,58	5,10	6,63

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de agosto de 2010.

GLÊNIO AMARO BIFFIGNANDI,
Procurador de Justiça,
Presidente da Comissão de Concurso.

Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 18 de agosto de 2010. www.mp.rs.gov.br Edição n° 506

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
XLV CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
EDITAL Nº 303/2010

RETIFICAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA DOS APROVADOS
MARCA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA EXAMES MÉDICOS

RETIFICO o Edital nº 294/2010, publicado no Diário Eletrônico do MP-RS do dia 12 de agosto de 2010, para fazer constar dentre os aprovados e habilitados a prosseguir no certame o candidato: SIMÃO BARAN JUNIOR.

TORNO PÚBLICO que o candidato SIMÃO BARAN JUNIOR, deverá entregar a documentação prevista no item VIII do Edital nº 50/2008. O prazo para a entrega da documentação necessária à inscrição definitiva será:

HORÁRIO: das 09 às 12 horas e das 14 às 17 horas;

DATA: do dia 26/08/2010 até o dia 30/08/2010;

LOCAL: Procuradoria-Geral de Justiça, sita na Rua Andrade Neves, nº 106, 14º Andar, Porto Alegre, RS.

A documentação poderá ser entregue por procurador acompanhado de mandato (sem necessidade de firma reconhecida) contendo poderes e finalidade específicos.

TORNO PÚBLICO, igualmente, para conhecimento do candidato SIMÃO BARAN JUNIOR aprovado nas Provas Discursivas após a análise dos pedidos de reconsideração, que está convocado para realização de Exames de Saúde Física e Mental, a serem aplicados pelo Serviço Biomédico da Procuradoria-Geral de Justiça.

A avaliação psicológica coletiva será realizada no dia 27/08/2010, às 9 horas, na Rua General Andrade Neves, 106/11º andar, Porto Alegre, RS, devendo, portanto, o candidato apresentar-se na data, horário e local indicados.

Os exames de saúde individual serão realizados no Serviço Biomédico da Procuradoria-Geral de Justiça, na Rua General Andrade Neves, 106/12º andar, Porto Alegre, RS. **O candidato** SIMÃO BARAN JUNIOR **deverá comparecer nas datas e horários determinados, conforme listagem abaixo, munido da documentação indicada no item IX do Edital nº 50/2008 e deverá ficar a disposição do Serviço Biomédico o dia inteiro**, podendo, ainda, ser convocado para novos exames, além dos aqui agendados, a critério do Serviço Biomédico.

Candidato	Data	Horário
SIMÃO BARAN JUNIOR	30/8/2010	09:30
	31/8/2010	08:30

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de agosto de 2010.

GLÊNIO AMARO BIFFIGNANDI,
Procurador de Justiça,
Presidente da Comissão de Concurso.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 54/2010

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Civis:

1) Inquérito Civil, nº 82/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Maurício Sanchotene de Aguiar, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa, em município.

2) Inquérito Civil, nº 12/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Cláudia Ferraz Rodrigues Pegoraro, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa, em município.

3) Inquérito Civil, nº 00748.00160/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar servidor público municipal em desvio de função.

4) Inquérito Civil, nº 00748.00161/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar possíveis contratações de procuradores em representações processuais de município.

5) Inquérito Civil, nº 00728.00027/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar a legalidade de licitação, para contratação de empresa para fornecimento de sistema de informações geográficas, em município.

6) Inquérito Civil, nº 00748.00172/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar possíveis prejuízos ao instituto de Previdência e Assistência municipal.

7) Inquérito Civil, nº 00748.00173/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar utilização indevida de verba da autonomia financeira destinada à escola, em município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre. 17 de agosto de 2010.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,
Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 18 de agosto de 2010. www.mp.rs.gov.br Edição n° 506

BOLETIM Nº 08/2010 - CAO

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Civis, Peças de Informação e Recomendação:

PROMOTORIA DE BAGÉ

Inquérito Civil nº 063/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto da Promotoria de Justiça de Bagé com a **finalidade** de apurar possíveis danos a consumidores causados pela deficiência de serviço público prestado, tendo como investigada Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

PROMOTORIA DE BENTO GONÇALVES

Inquérito Civil nº 013/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves com a **finalidade** de apurar eventual prática abusiva consistente na cobrança de tarifa de expedição de boleto bancário pelas Instituições Financeiras, tendo como investigados Agências do Banco do Brasil de Bento Gonçalves e Monte Belo do Sul; Agências do Banrisul de Bento Gonçalves, Pinto Bandeira e Santa Tereza, entre outros.

PROMOTORIA DE CACHOEIRINHA

Inquérito Civil nº 031/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Vaz da Promotoria de Justiça Cachoeirinha de com a **finalidade** de apurar a prestação de serviço de transporte público coletivo, tendo como investigado Transcal.

PROMOTORIA DE CARAZINHO

Inquérito Civil nº 025/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Ammélia Simões machado da promotoria de justiça de Carazinho com a **finalidade** de apurar eventuais irregularidades no procedimento adotado junto ao Hospital de Caridade de Carazinho (HCC) para prestação de serviços funerário, tendo como investigado Hospital de Caridade de Carazinho - HCC.

PROMOTORIA DE CAXIAS DO SUL

Inquérito Civil nº 0137/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul com a **finalidade** de apurar possível inexistência de devolução de valores referentes a ingressos em razão de cancelamento de show, tendo como investigado Rodeo World Fest Promotora de Eventos Ltda.

PROMOTORIA DE CRISSIUMAL

Inquérito Civil nº 014/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz da Promotoria de Justiça de Crissiumal com a **finalidade** de apurar suposta má prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica, tendo como investigado RGE – Rio Grande Energia S/A;

Inquérito Civil nº 015/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz da Promotoria de Justiça de Crissiumal com a **finalidade** de apurar eventual má prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica pela empresa RGE – Rio Grande Energia S/A;

Inquérito Civil nº 016/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz da Promotoria de Justiça de Crissiumal com a **finalidade** de apurar possível má prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica pela empresa RGE – Rio Grande Energia S/A.

PROMOTORIA DE ERECHIM

Inquérito Civil nº 079/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano da Promotoria de Justiça de Erechim com a **finalidade** de apurar suposta lesão aos direitos coletivos dos consumidores em decorrência do possível fornecimento de leite adulterado, tendo como investigado empresa Transportes Ivomar Ltda.

PROMOTORIA DE GRAVATAÍ

Inquérito Civil nº 056/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini da Promotoria de Justiça de Gravataí com a **finalidade** de apurar eventual infração ao artigo 4º, inciso VI, da Lei n° 8137/90, bem como ao artigo 21, inciso XVIII, da Lei n° 8884/94, tendo como investigada WMS supermercados do Brasil Ltda.

PROMOTORIA DE IJUÍ

Inquérito Civil nº 065/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Dossena Lopes dos Santos da Promotoria de Justiça de Ijuí com a **finalidade** de apurar eventuais irregularidades no que diz respeito à falta de exposição adequada dos preços das mercadorias colocadas à venda e a divergências entre o preço anunciado dos produtos (seja nos próprios estabelecimentos, seja em propaganda avulsa) e o preço registrado pelas caixas registradoras, tendo como investigado Comercial Zaffari Ltda.;

Inquérito Civil nº 066/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Dossena Lopes dos Santos da Promotoria de Justiça de Ijuí com a **finalidade** de apurar possíveis irregularidades no que diz respeito à falta de exposição adequada dos preços das mercadorias colocadas à venda e a divergências entre o preço anunciado dos produtos (seja nos próprios estabelecimentos, seja em propaganda avulsa) e o preço registrado pelas caixas registradoras, tendo como investigado Supermercado Nacional.

PROMOTORIA DE IRAÍ

Inquérito Civil nº 002/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo da Promotoria de Justiça de Iraí com a **finalidade** de apurar eventuais danos aos consumidores da operadora de telefonia móvel 'Vivo', residentes na Linha Ovaieira e proximidades, Iraí, RS, uma vez que estariam sendo atendidos pelo sinal de prefixo '49', correspondente ao oeste de Santa Catarina, o que lhes tem dado causa à cobrança de tarifas de deslocamento quando utilizam seus telefones móveis dentro da sua área de cobertura originária ('55'), tendo como investigado VIVO S.A.

PROMOTORIA DE PALMEIRA DAS MISSÕES

Inquérito Civil nº 018/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a **finalidade** de apurar possível comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigado Roberto Carlos Barth Lünkes;

Inquérito Civil nº 019/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar eventual comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigada Vanda Simon Machado;

Inquérito Civil nº 020/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar suposta comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigado Mercado Calgaro Ltda.;

Inquérito Civil nº 021/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar possível comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigado Panificadora Colonial;

Inquérito Civil nº 022/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar eventual comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigado CIA do Pão;

Inquérito Civil nº 023/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar suposta comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigado Super Sacolão de Frutas;

Inquérito Civil nº 026/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar eventual comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigado Irmãos Menegazzo LTDA.;

Inquérito Civil nº 025/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar suposta comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigado Supermercado Battisti;

Inquérito Civil nº 024/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar possível comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigado Supermercado Colonial;

Inquérito Civil nº 027/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar eventual comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigado Supermercado Tradição;

Inquérito Civil nº 028/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar suposta comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo; tendo como investigado Mercado Lünkes;

Inquérito Civil nº 029/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar possível comercialização de produtos no varejo com prazo de validade vencido e em condições impróprias para consumo, tendo como investigado Padaria do Gringo.

PROMOTORIA DE PINHEIRO MACHADO

Inquérito Civil nº 006/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rudimar Tonini Soares da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado com a finalidade de apurar eventual descumprimento contratual do financiamento por carta de crédito FGTS, com ônus aos cooperativados, tendo como investigado Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS).

PROMOTORIA DE PLANALTO

Inquérito Civil nº 005/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo da Promotoria de Justiça de Planalto com a finalidade de apurar possíveis danos aos consumidores da operadora de telefonia móvel 'Vivo', residentes na Linha Santa Cruz, Planalto, uma vez que estariam sendo atendidos pelo sinal de prefixo '49', correspondente ao oeste de Santa Catarina, o que lhes tem dado causa à cobrança de tarifas de deslocamento quando utilizam seus telefones móveis dentro da sua área de cobertura originária ('55'), tendo como investigado VIVO S.A.

PROMOTORIA DE PORTO ALEGRE

Inquérito Civil nº 0165/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta contratação de serviço sem prévia solicitação e eventual dificuldade para rescisão, tendo como investigado Clube Zazzo;

Inquérito Civil nº 0166/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual abusividade na limitação do pagamento de despesas médico-hospitalares a pretexto de doença ou lesão pré-existente, tendo como investigadas CVC Agência de Viagens e Zurich Brasil Seguros;

Inquérito Civil nº 0167/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva consistente na deficiência de informações na oferta de plano telefônico, tendo como investigada CLARO S/A;

Inquérito Civil nº 0168/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar supostas informações negativas pelo período superior a 5 anos, tendo como investigado SERASA;

Inquérito Civil nº 0169/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta oferta enganosa referente à não entrega de imóvel após aquisição da fração ideal, tendo como investigada Cooperativa Nacional de Habitação Popular - COONAHAP.

Inquérito Civil nº 0170/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual descumprimento de prazo de garantia do aparelho celular LG KM 710, tendo como investigada LG Electronics de São Paulo Ltda.;

Inquérito Civil nº 0172/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva, consistente na dificuldade de cancelamento do recebimento de mensagens do quiz, tendo como investigado Quiz 1 contra 100 do SBT;

Inquérito Civil nº 0173/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposto descumprimento de oferta, referente ao não recebimento de brinde após assinatura de revista, tendo como investigada Editora Abril S/A.;

Inquérito Civil nº 0174/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática abusiva, consistente na prestação de informações sobre débitos de consumidores sem a existência de dívida pendente ou restrição de crédito, tendo como investigado Serviço Central de Proteção de Crédito – SCPC;

Inquérito Civil nº 0175/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva consistente na negativa de entrega de apólice a contratante de seguro de vida, tendo como investigado Banco Santander S/A.;

Inquérito Civil nº 0176/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta comercialização de produto com possível vício de qualidade (alergia pelo uso de produto Dove), tendo como investigada Unilever do Brasil;

Inquérito Civil nº 0177/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva consistente na demora em realização de conserto e negativa quanto ao acolhimento de uma das opções do art. 18 do CDC, tendo como investigado BRASTEMP (Whirlpool S/A);

Inquérito Civil nº 0178/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível vício de qualidade do cartão TRI, tendo como investigada ATP - Associação dos Transportadores de Passageiros.

Inquérito Civil nº 0182/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva na prestação de serviços de implantes odontológicos, tendo como investigadas IMBRA Implantes Odontológicos do Brasil e Auxiliadora Cirurgias Odontológicas Ltda;

Inquérito Civil nº 0185/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática abusiva, consistente na oferta enganosa ou deficiência de informações sobre a oferta de cursos, tendo como investigada Associação Educacional Galileu Galilei (Sistema Educacional Galileu).

PROMOTORIA DE RIO GRANDE

Inquérito Civil nº 0124/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar possível dano ao consumidor pela não prestação do serviço contratado, tendo como investigado Universitário's Griff;

Peça de Informação nº 0127/2010, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar suposto dano ao consumidor decorrente da vinculação do serviço de ótica com atendimento oftalmológico, tendo como investigada Ótica Max;

Peça de Informação nº 0131/2010, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar eventual dano ao consumidor decorrente da não entrega dos produtos comercializados conforme ajustado, tendo como investigado Loja Continental.

PROMOTORIA DE SANTA BÁRBARA DO SUL

Inquérito Civil nº 003/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber da Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul com a finalidade de apurar eventual dano a direitos difusos dos consumidores em razão da exposição à venda de produtos em condições impróprias para o consumo, tendo como investigado Supermercados Barth & Cia, nome fantasia "Supermercados Pegue e Pague".

PROMOTORIA DE SANTA MARIA

Inquérito Civil nº 0103/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro da Promotoria de Justiça de Santa Maria com a finalidade de apurar possível irregularidade praticada pela UNIMED Santa Maria, consistente em deixar de garantir cobertura de exames para beneficiário do mencionado plano de saúde, sob a alegação de que o profissional solicitante não faz parte de sua rede prestadora cooperada.

PROMOTORIA DE SANTO ÂNGELO

Inquérito Civil nº 0105/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo com a **finalidade** de apurar a regularidade das atividades, frente às normas de proteção ao consumidor, tendo como investigado WMS Supermercados do Brasil Ltda – Supermercado Nacional;

Inquérito Civil nº 045/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo com a **finalidade** de apurar a regularidade das atividades, frente às normas de proteção ao consumidor, tendo como investigado Maran & Cassol Ltda. – Supermercado e Fruteira São Luiz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de agosto de 2010.

TÊMIS LIMBERGER,

Coordenadora do CAO Consumidor.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.